



A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias 4

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Hosana Aguiar Freitas de Andrade
Nítalo André Farias Machado
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2019



A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias 4

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Hosana Aguiar Freitas de Andrade
Nítalo André Farias Machado
(Organizadores)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F138	A face multidisciplinar das ciências agrárias 4 [recurso eletrônico] / Organizadores Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos, Hosana Aguiar Freitas de Andrade, Nítalo André Farias Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias; v. 4) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-888-5 DOI 10.22533/at.ed.885192312 1. Agricultura. 2. Ciências ambientais. 3. Pesquisa agrária – Brasil. I. Silva-Matos, Raissa Rachel Salustriano da. II. Andrade, Hosana Aguiar Freitas de. III. Machado, Nítalo André. IV. Série. CDD 630
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nos primórdios do desenvolvimento da agricultura, os recursos naturais disponíveis propiciaram o surgimento das atividades agropecuárias, e desta forma, a necessidade de atuação dos profissionais de ciências agrárias tornou-se consolidada. Durante séculos, novos conhecimentos foram adquiridos, fundamentados teoricamente sobre as práticas agrícolas, conduzindo ao aperfeiçoamento do processo produtivo de acordo com a evolução da sociedade.

Diante do atual cenário, a obra “A Face Multidisciplinar das Ciências Agrárias” em seus volumes 3 e 4 engloba respectivamente 24 e 27 capítulos capazes de possibilitar ao leitor a experiência de ampliar o conhecimento sobre a economia e sociologia no campo, conservação pós-colheita, tecnologia de alimentos, produção vegetal, qualidade de produtos agropecuários, metodologias de ensino e extensão nas escolas, epidemiologia e cadeia produtiva da produção animal.

Em virtude da pluralidade existente desta grande área, os trabalhos apresentados abordam temas de expressiva importância as questões sociais e econômicas do Brasil. E, portanto, evidenciamos profunda gratidão pelo empenho dos autores, que em conjunto, contribuíram para o desenvolvimento e formação deste e-book.

Espera-se, agregar ao leitor, conhecimentos sobre a multidisciplinaridade das ciências agrárias, de modo a atender as crescentes demandas por alimentos primários e transformados, preservando o meio ambiente para às gerações futuras.

Raissa Rachel Salustriano da Silva-Matos
Hosana Aguiar Freitas de Andrade
Nítalo André Farias Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DESTINAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO NO ÂMBITO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – ES NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
César Albenes de Mendonça Cruz Denise Ferreira Pinto Paterlini Eliaidina Wagner Oliveira da Silva Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Marcelo Plotegher Campinhos Maria José Coelho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8851923121	
CAPÍTULO 2	16
APLICAÇÃO DA MATRIZ SWOT PARA IDENTIFICAR FRAQUEZAS INTERNAS POTENCIAIS DE UMA LOJA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO SERTÃO CENTRAL DO CEARÁ	
Emanuela Bento de Lima Rildson Melo Fontenele Antonio Geovane de Moraes Andrade José Willamy Ribeiro Marques Cláudio Mateus Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8851923122	
CAPÍTULO 3	20
APLICAÇÃO DE ADJUVANTES E ULTRASSOM NA EXTRAÇÃO DO AZEITE DE OLIVA	
Diegho Andrade Paz Cássio Delgado Salim Raphael Veloso Gusmão Silva Candice Soares Dias Marcilio Machado Moraes Valéria Terra Crexi	
DOI 10.22533/at.ed.8851923123	
CAPÍTULO 4	31
APLICAÇÃO DE BAGAÇO DE MAÇÃ NA PRODUÇÃO DE BISCOITOS TIPO <i>COOKIES</i>	
Beatriz Cervejeira Bolanho Barros Suelen Pereira Ruiz Herrig Otávio Akira Sakai Keila Fernanda Raimundo Luana Mariani Jorge	
DOI 10.22533/at.ed.8851923124	
CAPÍTULO 5	43
AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIBACTERIANA DE COMPOSTOS NATURAIS FRENTE A CEPAS PADRÃO	
Giovana Hashimoto Nakadomari Lucas Valeiras Gaddini Sheila Rezler Wosiacki	
DOI 10.22533/at.ed.8851923125	

CAPÍTULO 6 50

AVALIAÇÃO DE FORMULAÇÕES DE BISCOITOS COM ADIÇÃO DE FARINHA DE RESÍDUOS DE BANANEIRA E FÉCULA DE MANDIOCA UTILIZANDO PLANEJAMENTO FATORIAL

Isabella Fernanda Camargo Queiroz

Kate Mariane Adensuloye

Mariana Manfroi Fuzinato

DOI 10.22533/at.ed.8851923126

CAPÍTULO 7 62

CARACTERIZAÇÃO DE COMPOSTOS BIOATIVOS E ATIVIDADE ANTIOXIDANTE DE AMORAPRETA DA CULTIVAR 'TUPY' PRODUZIDAS NO OESTE DE SANTA CATARINA

Cintia Dos Santos Moser

Adriana Lugaresi

Alison Uberti

Felipe Tecchio Borsoi

Clevison Luiz Giacobbo

Margarete Dulce Bagatini

DOI 10.22533/at.ed.8851923127

CAPÍTULO 8 67

CARACTERIZAÇÃO FITOQUÍMICA DOS EXTRATOS BRUTO E AQUOSO DA POLPA E DA CASCA DE PITAYA VERMELHA (*HYLOCEREUS POLYRHIZUS*)

Sandra Machado Lira

Lia Corrêa Coelho

Chayane Gomes Marques

Marcelo Oliveira Holanda

Juliana Barbosa Dantas

Ana Carolina Viana de Lima

Glauber Batista Moreira Santos

Gisele Silvestre da Silva

Fernando Antônio Pinto de Abreu

Ana Paula Dionísio

Guilherme Julião Zocolo

Maria Izabel Florindo Guedes

DOI 10.22533/at.ed.8851923128

CAPÍTULO 9 79

CINÉTICA DA SECAGEM DE AQUÊNIOS DE GIRASSOL

Gustavo Soares Wenneck

Reni Saath

Larissa Leite de Araújo

Camila de Souza Volpato

Danilo Cesar Santi

DOI 10.22533/at.ed.8851923129

CAPÍTULO 10 91

UTILIZAÇÃO DOS RESÍDUOS DE PANIFICAÇÃO NO PROCESSAMENTO DE RAÇÃO ANIMAL PELETIZADA

Lúcia de Fátima Araújo

Emerson Moreira Aguiar

Robson Rogério Pessoa Coelho

João Carlos Taveira

Luiz Eduardo Santiago

DOI 10.22533/at.ed.88519231210

CAPÍTULO 11 101

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL NA FEIRA LIVRE DE CAMETÁ, PARÁ

Ana Clara Rodrigues de Sousa Leite
Josiele Pantoja de Andrade
Diego Coelho Leite
Fagner Freires de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.88519231211

CAPÍTULO 12 116

COMPOSIÇÃO FLORÍSTICA E ESTRUTURAL DE UM FRAGMENTO DE CERRADO *SENSU STRICTO* EM DIANÓPOLIS-TO

Pedro James Almeida Wolney
Luan Bonfim Rosa Teixeira
Tamara Thalia Prolo
Virgílio Lourenço da Silva Neto
Maria Adriana Santos Carvalho
Elismar Dias Batista
Rômulo Quirino de Souza Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.88519231212

CAPÍTULO 13 126

DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PRÓL DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA EM TANGARÁ DA SERRA – MT

Regina Maria da Costa
Aparecida de Fátima Alves Lima

DOI 10.22533/at.ed.88519231213

CAPÍTULO 14 139

EL MODELO DE PRODUCCIÓN-DISTRIBUCIÓN-CONSUMO (P-D-C) AGROECOLÓGICO EN EL TERRITORIO

Mónica de Nicola
Maria Elena Díaz Aradas
Adhemar Pascualle
Teresa Questa

DOI 10.22533/at.ed.88519231214

CAPÍTULO 15 154

EN BÚSQUEDA DE UNA ORGANIZACIÓN PRODUCTIVA PARA LOS ARTESANOS DEL BUTIÁ DE SANTA VITÓRIA DO PALMAR (RS), BRASIL

Laura Bibiana Boada Bilhalva
Cristiano Ruiz Engelke

DOI 10.22533/at.ed.88519231215

CAPÍTULO 16 160

ESTIMATIVA DO FILOCRONO E SOMA TÉRMICA DO TRIGO DUPLO PROPÓSITO EM SÃO VICENTE DO SUL

Fernando Saraiva Silveira Júnior
Ivan Carlos Maldaner
Victor Paulo Kloeckner Pires
Marcos Antonio Turchiello
Camila Lima Leocadio
Fabrício Penteadado Carvalho
Willian Luis Castro Vicente

Murilo Brum de Moura
Henrique Shaf Eggers
DOI 10.22533/at.ed.88519231216

CAPÍTULO 17 168

ESTUDO DA CINÉTICA DE ADSORÇÃO DO CORANTE AZUL REATIVO 5G EM CASCA DE SOJA

Gabriela Souza Alves
Claudinéia Queli Geraldi
Rubén Francisco Gauto

DOI 10.22533/at.ed.88519231217

CAPÍTULO 18 175

INFLUÊNCIA DA EMBALAGEM E AMBIENTE NA CONSERVAÇÃO PÓS-COLHEITA DE FRUTOS DE RAMBUTAN (*Nephelium lappaceum* L.)

Brenda Karina Rodrigues da Silva
Artur Vinícius Ferreira dos Santos
Antonia Benedita da Silva Bronze
Sinara de Nazaré Santana Brito
Harleson Sidney Almeida Monteiro
Thayane Ferreira Miranda
Danilo da Luz Melo
Wenderson Nonato Ferreira da Conceição
Meirevalda do Socorro Ferreira Redig
João Almiro Corrêa Soares

DOI 10.22533/at.ed.88519231218

CAPÍTULO 19 186

LA AGRICULTURA FAMILIAR Y SU RELACIÓN CON LOS SISTEMAS EXPERTOS. UNA MIRADA DESDE LA EXTENSIÓN

María Sergia Villaberde
Leandro Sabanes
Amparo Heguiabehere
María Andrea Porporato
Érica Funes

DOI 10.22533/at.ed.88519231219

CAPÍTULO 20 198

LAS POLÍTICAS FORESTALES ARGENTINAS EN LA CONSTITUCIÓN DEL DELTA INFERIOR BONAERENSE COMO REGIÓN FORESTAL

Carlos Javier Moreira

DOI 10.22533/at.ed.88519231220

CAPÍTULO 21 217

MODELOS DE ÁRVORE INDIVIDUAL NA ESTIMATIVA DO CRESCIMENTO E PRODUÇÃO FLORESTAL

Lorena Oliveira Barbosa
Verônica Satomi Kazama
Anny Francielly Ataíde Gonçalves
Luciano Cavalcante de Jesus França
José Roberto Soares Scolforo

DOI 10.22533/at.ed.88519231221

CAPÍTULO 22 230

O RURAL ENVOLVENDO DIMENSÕES ECONÔMICAS E NÃO ECONÔMICAS: PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTES DAS DINÂMICAS DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Cláudio Machado Maia
Mario Riedl
Cláudia Susana Marques Antunes
Ana Laura Vianna Villela
Rosa Salete Alba

DOI 10.22533/at.ed.88519231222

CAPÍTULO 23 244

PERCEPÇÃO DISCENTE DAS METODOLOGIAS DE ENSINO E MONITORIA NA DISCIPLINA DE SUINOCULTURA DO CURSO DE VETERINÁRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Lina Raquel Santos Araújo
Deborah Marrocos Sampaio Vasconcelos
Ênio Campos da Silva
Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos
Victor Hugo Vieira Rodrigues
Everton Nogueira Silva
José Nailton Bezerra Evangelista

DOI 10.22533/at.ed.88519231223

CAPÍTULO 24 252

PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM SANTA MARIA/RS

Valéria Pinheiro Braccini
Luis Fernando Vilani de Pellegrini
Janaina Balk Brandão

DOI 10.22533/at.ed.88519231224

CAPÍTULO 25 263

PRODUÇÃO DE FERMENTADO ALCOÓLICO A PARTIR DA POLPA DE BURITI (*Mauritia flexuosa* L. f.)

Marco Antônio de Alcântara Rocha
Wenderson Gomes dos Santos
Douglas Alberto Rocha de Castro

DOI 10.22533/at.ed.88519231225

CAPÍTULO 26 276

SABERES AMBIENTAIS E AGRICULTURA ORGÂNICA: EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS EM UMA FEIRA AGROECOLÓGICA NA REGIÃO AMAZÔNICA

Mailson Lima Nazaré
Raimundo Paulo Monteiro Cordeiro
Luan Sidônio Gomes
Antonio Sérgio Silva de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.88519231226

CAPÍTULO 27 284

ULTRASOUND EXTRACTION AND FATTY ACID PROFILE OF GRAPE SEED OIL

Rosana Oliveira Ehlers
Helena Brito Machado (in memmoriám)
Jênifer Inês Engelmann
Marcilio Machado Morais
Valéria Terra Crexi

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	296
ÍNDICE REMISSIVO	297

O RURAL ENVOLVENDO DIMENSÕES ECONÔMICAS E NÃO ECONÔMICAS: PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DEPENDENTES DAS DINÂMICAS DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Data de aceite: 11/12/2018

Cláudio Machado Maia

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
Chapecó/SC

Mario Riedl

Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT/RS), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
Taquara/RS

Cláudia Susana Marques Antunes

Diretivo Regional do Norte da Ordem dos Arquitetos Portugueses
Coimbra/Portugal

Ana Laura Vianna Villela

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Área de Ciências Exatas e Ambientais
Chapecó/SC

Rosa Salete Alba

Chapecó/SC

RESUMO: O estudo analisa a nova ruralidade, como proposta para conceituar desenvolvimento rural numa perspectiva diferente daquelas das estratégias de política governamentais e organismos internacionais. Diferentes formas de exploração agrária permitiram a

incorporação de territórios. Os estudos de caso apresentados refletem a complexidade e a dinâmica de valorização das zonas rurais como resignificação destes espaços, certa dinâmica de urbanização dos territórios. E, esse movimento socioespacial influencia significativa e diversificadamente as diferentes escalas do território urbanizado. Diante de tal expansão, terá que haver certas medidas preventivas ou corretivas no planejamento do seu desenvolvimento rural e urbano, com sustentabilidade ambiental, social e econômica. **PALAVRAS-CHAVE:** rural, ruralidade, território, urbano

RURAL INVOLVING ECONOMIC AND NON-ECONOMIC DIMENSIONS: DEVELOPMENT PROCESSES DEPENDENT ON THE DYNAMICS OF COMMUNITY INVOLVEMENT

ABSTRACT: The study analyzes the new rurality as a proposal to conceptualize rural development from a different perspective than those of government policy strategies and international organizations. Different forms of agrarian exploitation allowed the incorporation of territories. The case studies presented reflect the complexity and the dynamics of valorization of rural areas as reframing of these spaces, a

certain dynamic of urbanization of the territories. And, this socio-spatial movement significantly and diversely influences the different scales of urbanized territory. Faced with such expansion, there must be certain preventive or corrective measures in the planning of its rural and urban development, with environmental, social and economic sustainability.

KEYWORDS: rural, rurality, territory, urban

1 | CONTEXTUALIZANDO UMA TRAJETÓRIA PARA A REDEFINIÇÃO

Este estudo resulta de uma pesquisa cuja fundamentação teórica considera a transição e a mudança que vem ocorrendo nas últimas décadas, quando o mundo presenciou a insuficiência explicativa de paradigmas que dominaram os argumentos e modelos de atuação do poder político, das empresas, das academias, dos intelectuais, dos tecnocratas e do poder local, adotados até então, onde analisa-se a nova ruralidade, como proposta para clarificar uma noção conceitual de desenvolvimento rural sob uma perspectiva diferente das que predominam nas estratégias da política dos governos e organismos internacionais. A busca de novo paradigma apoia-se na necessidade de enfrentar a realidade do mundo rural e refletir sobre a realidade desse mundo, um território imerso na mais ampla gama de problemas, com potencialidades e desafios sem conta e não equacionados (PERICO e RIBEIRO, 2005, p.11).

Sendo assim, buscando-se a redefinição do rural, a nova ruralidade reconsidera a visão de que o rural é constituído por uma população dispersa centrada no setor agropecuário, para passar à reconstrução do objeto de trabalho e de política ao definir o âmbito rural como território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos. Processos que são gerados pelo efeito da localização e apropriação territorial, compreendendo-se aí, que os recursos naturais são fatores de produção localizados. Dessa forma o rural passa a incorporar áreas dispersas e concentrações urbanas que se explicam por sua relação com os recursos naturais, considerando a diversidade de setores econômicos interdependentes, envolvendo dimensões econômicas e não econômicas, estabelecendo relações funcionais de integração com o urbano e fundamentando-se em visão territorial (PERICO e RIBEIRO, 2005, p.19). O enfoque territorial da nova ruralidade entende a aproximação da economia dos recursos naturais com a economia do território, incluindo nas funções de crescimento e desenvolvimento aspectos tais como a economia ambiental e ecológica, os mercados de serviços ambientais, a sustentabilidade dos sistemas produtivos, os recursos genéticos, as redes de solidariedade social, os conhecimentos e a cultura, a equidade de gênero, a inclusão étnica e etária, como

parte de economia mais complexa que agrária, que domina o cenário da política pública.

Para concretizar os eixos fundamentais da proposta sobre a nova ruralidade, requer-se uma concepção integral da economia institucional que permite estabelecer a aproximação de um mercado de políticas públicas onde predomina uma visão de oferta pública, a uma proposta de mecanismos reais que conduzem a uma estratégia de demanda. O que implica numa redefinição das regras do jogo, de incentivos, de mecanismos de transação, de novo papel do Estado e redefinição profunda do papel das organizações da sociedade civil, dos indivíduos e das comunidades. Tal redefinição abre espaço à incorporação de estratégias para instrumentar reformas institucionais coerentes com as mudanças e forças sociais, econômicas e políticas que condicionaram as possibilidades de desenvolvimento institucional efetivo.

2 | A NOÇÃO DE TERRITÓRIO

Permite-se que se abandone aquela visão estritamente setorial que considera a agricultura como o único setor e os agricultores como únicos atores que importam nas regiões rurais. Por um lado, ruralidade, torna-se uma categoria territorial, cujo atributo decisivo está na organização de seus ecossistemas, na densidade demográfica relativamente baixa, na sociabilidade de interconhecimento e na sua dependência com relação às cidades (GALSTON; BAEHLER, 1993; ABRAMOVAY, 2003a apud ABRAMOVAY, 2007, p.19-20). Além disso, a importância crescente das atividades não agrícolas em praticamente toda a América Latina passa a ser relevante. Por outro lado, conforme Abramovay (2007, p.20), em termos teóricos, é importante considerar que territórios não são definidos por limites físicos e sim pela maneira como se reproduz, em seu interior, a interação social. Os estudos rurais podem beneficiar das contribuições neo-marshallianas, vindas, sobretudo, de economistas italianos (Bagnasco e Trigilia, 1988, 1993; Pyke et al., 1990) e franceses (Maillot, 1996; Pecqueur, 1966) que enfatizaram a importância da cooperação e da partilha de conhecimentos e experiências entre atores na formação do ambiente que permitiu o desenvolvimento de algumas regiões italianas.

Os estudos mais recentes sobre território como uma criação coletiva e institucional, indicam, por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro lado, demonstram que um “território dado”, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários “territórios construídos”. E sua construção pressupõe existência de uma relação de proximidade dos atores (MAIA, 2016, p.128; PECQUEUR, 1996 apud VIEIRA e CAZELLA, 2008, p.6).

A abordagem territorial exige a análise das instituições em torno das quais se organiza a interação social localizada, considerando os custos de transação

sob um ângulo histórico e a partir da influência que sobre eles exercem as forças sociais que os constituem (NORTH, 1994a; 1994b, p.360; 1991, p.97-98). Nesta perspectiva, o estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se importante para a compreensão de situações localizadas. A abordagem territorial do desenvolvimento estimula o estudo dos mecanismos de governança pública subjacentes à composição e à atuação dos conselhos de desenvolvimento, em torno da questão de que “seriam capazes de oferecer oportunidades de inovação organizacional que estimule o empreendedorismo privado, público e associativo em suas respectivas regiões” (ABRAMOVAY, 2007, p.20-21).

3 | RURALIDADE: O RURAL, O ESPAÇO E O TERRITÓRIO

Ao considerar o rural como território, busca-se o enfoque integral da sociedade rural e a dinamização de suas próprias economias, um avanço em nova concepção de políticas públicas, uma visão ampliada do rural, englobando as diversas atividades econômicas agrícolas e não agrícolas que se desenvolvem no âmbito rural e que reconheça a multiplicidade de objetivos e funções do desenvolvimento rural. E, a visão territorial propõe revalorizar elementos da tradição e história. Culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral, princípios étnicos, sentido de participação e identidade, dando-lhes espaço adequado e incorporando-os às políticas de desenvolvimento rural, fortalecendo, protegendo e preservando as culturas rurais.

A partir da hipótese de que um território abriga mais de um local, é perceptível nos estudos que tratam sobre desenvolvimento local que esse recorte é elástico: ora refere-se a um conjunto de municípios, ora é utilizado como sinônimo de município (VERDE, 2004). Entende-se que o rural, além de agrário, da economia agrícola, envolve quatro dimensões para sua compreensão: a espacial, a ambiental, a demográfica e a cultural. Cada uma dessas dimensões contém suas análises específicas, possuem reciprocidade, pois atuam combinadas. Deixa-se claro que o espaço é compreendido no tempo porque este lhe dá sentido – por tempo, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama; por espaço, vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos (SANTOS, 1993). Por outro lado, neste artigo, a dimensão econômica, que é essencial na compreensão dos espaços rurais, não é destacada na análise porque a natureza da discussão que se pretende fazer levou a que se priorizassem as demais dimensões.

O rural assim entendido deixa de ser o espaço por excelência da produção agrícola, e passa a envolver pequenas e médias cidades. O modo de ser rural se faz presente no campo e na cidade e passa a ser denominado ruralidade (VERDE,

2004, p. 19). E, por ser um conceito em construção, permite um emprego sintonizado com o pressuposto do desenvolvimento. Conforme Verde (2004, p.19), um conceito em construção, impõe precauções adicionais quando aplicado conceitual e operacionalmente. A ruralidade, tal qual o território, representa a oportunidade de incluir, ampliar, absorver o que tem se mantido fora, alargando horizontes, não naturalmente, mas dependentemente da decisão política de assim ser.

4 | O CAMPO E AS IMPLICAÇÕES DA RURALIDADE

O conceito de campo, implica em algumas questões: a) o trato da relação cidade-campo, tendencia-se para a dicotomização urbano-rural, já que a cidade e o campo são feitos de edificações/obras, enquanto que o urbano e o rural são efetivados por relações sociais. É claro que não há obras sem relações e nem relações sem obras, o que faz com que o campo também possa ser entendido como relações; b) o campo nos remete, necessariamente, à existência de camponeses, seus habitantes e produtores agropecuários. Wanderley (1999, p.29-30) destaca esse aspecto da autonomia, de caráter demográfico, social e econômico, e enfatiza a capacidade da economia camponesa em promover a subsistência imediata e a reprodução da família pelas gerações futuras

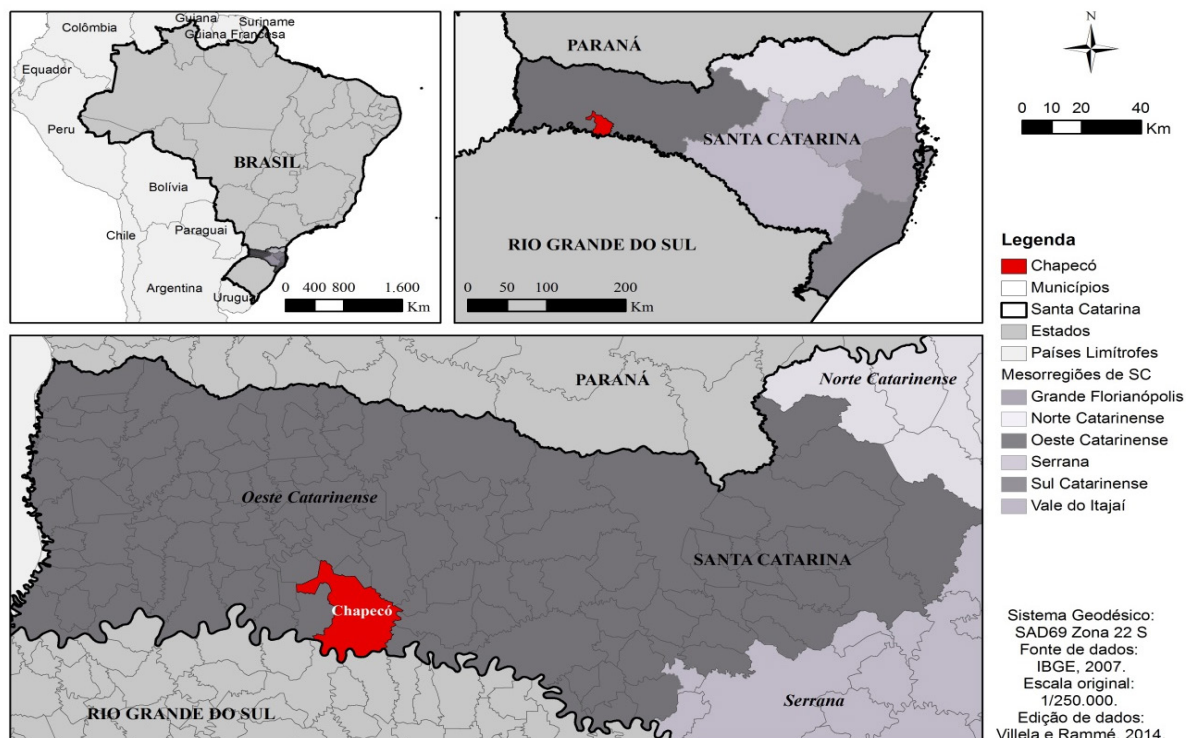
4.1 Reflexão comparativa: o oeste catarinense (Brasil) e as aldeias de Xisto da serra da Lousã (Portugal)

A complexidade e a dinâmica de valorização das zonas rurais como uma resignificação destes espaços, tal como, certa dinâmica de urbanização dos territórios. Dá-se significação para uma passagem ou transição de uma sociedade simples para uma mais complexa, num movimento socioespacial que tem influência significativa e diversificada sobre as diferentes escalas do território urbanizado. Diante de tal expansão, terá que haver medidas preventivas ou corretivas no planejamento do seu desenvolvimento rural e urbano, indo ao encontro da sustentabilidade ambiental, social e econômica no seu todo.

4.1.1 O Oeste Catarinense

O município de Chapecó é conhecido como a “capital do oeste catarinense” não somente pela sua centralidade regional (Mapa 01), mas pelas dinâmicas e atratividades diferenciadas. Nesse contexto tem-se a criação das macrozonas e revogação dos artigos definidores do perímetro urbano, quando da revisão de seu Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial (PDDTC) em 2004 – tanto regionalmente quanto no contexto brasileiro, a competência municipal global do planejamento e

gestão do seu território.



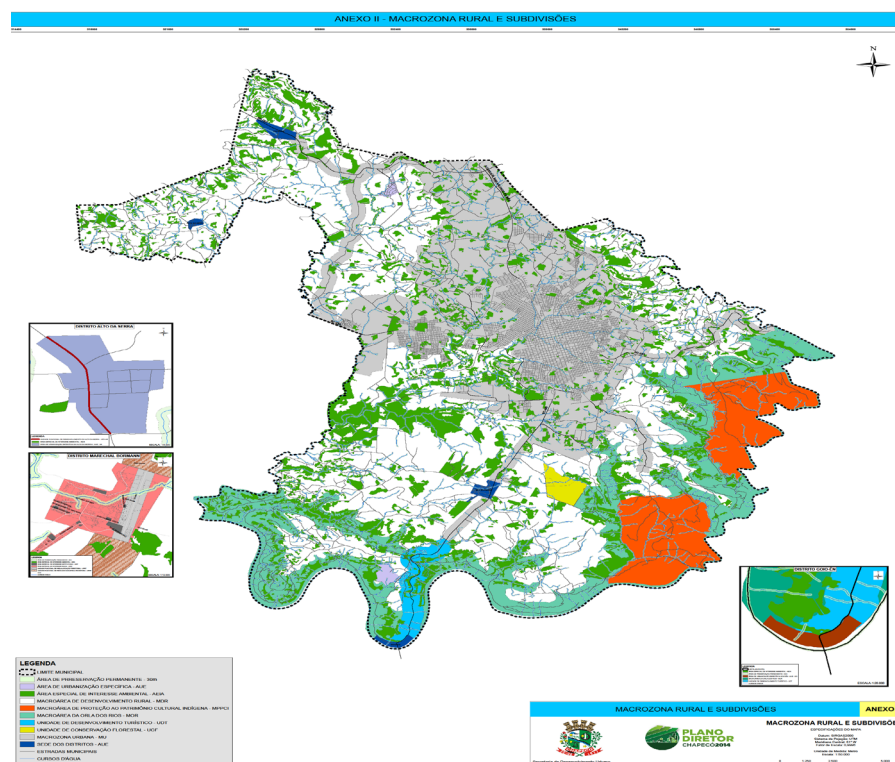
Mapa 01 – Situação do município de Chapecó

Dessa forma toma para si as responsabilidades expressas pela Constituição Federal de 1988, que destinou aos municípios, no Artigo 30, a competência de, entre outros, “I - legislar sobre assuntos de interesse local; [...] VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (BRASIL, 1988). Por outro lado, o Artigo 2º do Estatuto da Cidade dispõe as diretrizes gerais da política urbana brasileira, destacando-se “VII - integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência” (BRASIL, 2001) e Artigo 40 “§ 2º do plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo” (BRASIL, 2001).

É importante esta ressalva visto que a União democratiza a gestão do território, abrindo para os municípios a possibilidade de uma ampla gestão de seu território, embora continue com o controle tanto da obrigatoriedade do imposto quanto da valoração do solo rural. Este novo contexto abre para o município a compreensão plena de seu território e com isso a possibilidade de salvaguardar áreas de produtividade, de conurbação, ambientais, ... incluindo a segurança alimentar de sua população.

Entretanto, uma investigação mais detalhada dos empreendimentos imobiliários aprovados entre 2004 e 2012 em Chapecó, apontam para outras reflexões, onde a expressiva expansão territorial periférica dos novos loteamentos e isolada dos

condomínios fechados apontam para aproximações nas relações cidade-campo, tanto nas novas possibilidades de campos de trabalho que se estabelecem (jardinagem, empregada doméstica, ...) quanto da expansão da rede de serviços, tal como a coleta de lixo. Esse tipo de expansão também pode ser observada próximo a Chapecó, nos Municípios de Guatambú (um pouco devido as influências das dinâmicas de Chapecó sob este território) e Pinhalzinho (que tem se destacado como uma nova centralidade), por exemplo. Por outro lado, analisando o Mapa 02 observa-se que o rural no município de Chapecó incorpora Área de preservação permanente (APP) (30m), Área especial de interesse ambiental (AEIA), Macroárea de desenvolvimento rural (MDR), Macroárea de proteção ao patrimônio cultural indígena (MPPCI), Macroárea da orla dos rios (MOR), Unidade de desenvolvimento turístico (UDT), Unidade de conservação florestal (UCF), Sede dos distritos (AUE), Estradas municipais e Cursos d'água. Assim reforça-se, a já citada, incorporação no rural do reconhecimento e salvaguarda de importantes recursos naturais, tal como a bacia de captação de água, e de áreas de valor significativo da cultura, do meio ambiente, ... tal como a reserva indígena, a área turística e as unidades de conservação, por exemplo.



Mapa 02: Macrozona Rural de Chapecó e subdivisões

Comparando o Mapa 02 com a empreendimentos imobiliários aprovados entre 2004 e 2012 em Chapecó, tem-se a incorporação no rural dos condomínios fechados e alguns loteamentos.

Do ponto de vista da dinâmica socioeconômica, a abrangência rural e urbana no Plano Diretor justifica-se pelo imbricamento entre as atividades localizadas nesses dois âmbitos. Em diferentes municípios e regiões do país, a realidade rural não se restringe às atividades agrícolas. Essa realidade caracteriza-se também pelo desenvolvimento de setores não agrícolas em estreitas relações com as atividades instaladas nas cidades (NAKANO, KAZUO In BARRETTO, 2004, p.16).

Do ponto de vista das articulações econômicas, sociais e culturais a ruralidade no oeste de Santa Catarina, ora o rural se sobrepondo ao urbano, ora se submetendo e se adaptando, estabelecendo, assim uma relação dialética entre ambos os espaços. E, como o oeste de Santa Catarina desde os anos de 1970 e início de 1980 tem passado por uma fase onde na produção agrícola regional, a agricultura sob o comando das agroindústrias passa a definir e reordenar suas atividades, com o agricultor passando da categoria de produtor autônomo de sua subsistência para produtor submetido e integrado ao capital agroindustrial, gerando na região um processo de exclusão de agricultores e sucessivas crises que afetaram a situação econômica de agricultores residentes, enquanto que os que conseguiram se manter no campo tem buscado formas alternativas de sustento nestes espaços. Alternativas que, além da parceria com os grandes grupos econômicos ligados a agroindustrialização, cita-se: 1) agregação de valor nos seus produtos agrícolas através da implantação de pequenas agroindústrias familiares de forma associativa ou cooperativa; 2) famílias optando pela pluriatividade, onde muitos jovens que permanecem morando com seus pais no campo, trabalham em atividades urbanas; 3) famílias parceiras, cuja produção é direcionada para a indústria, seja na produção de aves, suínos ou leite, e, além das atividades pecuárias, mantém também atividades da agricultura, como uma maneira de produzir parte dos insumos usados na alimentação destes animais; e, 4) algumas das propriedades foram adaptadas para outros usos como o lazer urbano através de pesque-pague, campi, piscinas etc. Observa-se, portanto um entrelaçamento de ambos os processos, rural e urbano caminhando lado a lado, onde nascem novas formas de reprodução social, com os espaços e com a natureza, indicando uma nova cultura que pode ser relacionada ao que a concepção de ruralidade se pretende.

4.1.2 Algumas caracterizações em Portugal, na região de Coimbra- Aldeias na Serra da Lousã

Como identificar um lugar como rural ou urbano na sociedade contemporânea? O espaço rural, em termos gerais, diferencia-se do espaço urbano pelas menores densidades populacionais e pela importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. A sua importância, além de derivar da produção, também deriva na preservação do meio ambiente, da paisagem, do património rural, identidade de

espaço e identidade cultural. E, o reconhecimento destas fragilidades registradas em espaços rurais com potencial, levou à elaboração de políticas de desenvolvimento rural e local, na medida em que as cidades são os principais motores dos processos de desenvolvimento, os polos de dinamização da economia e de fixação e atração das populações: “as cidades são os nós de uma rede que gera e atrai os fluxos que irradiam por toda a região a que as rodeia tanto melhor quanto a rede de acessibilidades. A chave do desenvolvimento pode residir na dinamização das cidades e da sua relação com o espaço envolvente” (DGOTDU, 2004, citado por CAVACO, 2004).

Na Europa inicia-se um afastamento do espaço rural no século XVIII. Em Portugal este processo não é tão evidente, mas no século XIX os camponeses optam pela emigração à procura de melhores condições de vida. Vários modelos de desenvolvimento da agricultura portuguesa foram implementados e, de algum modo, procuraram visionar reformas de um mundo rural ultrapassado. Segundo Covas (2004)

A diversificação de actividade em espaço rural é condição necessária para uma política agrícola bem sucedida, que não exclua pessoas e territórios e não crie espaços devolutos em risco de despovoamento e abandono. O ajustamento cria desemprego, êxodo, envelhecimento, despovoamento e não é seguramente sustentável, enquanto a diversificação facilita o fundamento do mercado de trabalho local e regional, retém população, cria poder de compra, cria novas oportunidade de negócio e cria novos agentes de desenvolvimento (COVAS, 2004, p.39-41).

Portugal é um retrato destes acontecimentos. Vários estudos monográficos, etnológicos entre outros, o trabalho feito por profissionais, o inquérito à “Arquitectura Popular em Portugal” (COVAS, 2004, p.39-41). O relacionamento territorial da sociedade moderna com o património paisagístico e arquitetónico herdado do rural. A salvaguarda das paisagens e a valorização da arquitectura rural torna-se um problema a partir do momento em que se perde a base económica e social. Existem casos que facilmente se adaptam às exigências da evolução tecnológica e transformações socioeconómicas, no entanto, existem outras que tendem ficar abandonadas e a sua degradação por completo.

É necessário definir quais as funcionalidades que podem atuar de modo sustentável e exequível socioeconomicamente no espaço rural. A importância da agricultura é fundamental como atividade económica e é também criadora e modeladora da paisagem, sendo necessário a preservação da identidade territorial, património histórico, gastronomia, saberes tradicionais, entre outros.

A identidade é um dos ativos principais para promover o desenvolvimento, assim como a preservação dos centros históricos, do património cultural e natural, das paisagens, mas conciliando sempre com tecidos económicos que assegurem

prosperidade, qualidade de vida, que tenham acesso a bens e serviços básicos, culturais e de lazer, qualidade ambiental, modos de vida tranquilos.

Por outro lado, em meados do Século XX, as aldeias atravessaram um período de desertificação e abandono quando as populações partiram em busca de melhores oportunidades. Por exemplo, várias aldeias da Serra da Lousã, no distrito de Coimbra, estiveram nessas condições (ver Mapa 03) – entretanto, resultante dos diversos apoios financeiros europeus, as aldeias têm vindo a renascer. A importância da agricultura e o turismo rural, como meio de ultrapassar a crise em que o país vive atualmente tem vindo a diminuir o desemprego, e é gratificante o número de casos conhecidos de empreendedores que encontram neste setor uma oportunidade para a sua vida.

O território que se apresenta, apesar de ser predominantemente rural, beneficia-se da sua localização geográfica por se encontrar perto de um polo urbano, o que o torna mais exposto a processos de desenvolvimento e em posição estratégica para explorar a diversidade dos seus recursos e potencialidades. Por exemplo, a Aldeia Talasnal, é uma das várias aldeias da Serra da Lousã que tem dado mais visibilidade e carisma ao conjunto, tanto devido à sua dimensão como também aos muitos pormenores das recuperações das suas casas. Já Candal, é considerada pela Rede das Aldeias de Xisto a mais desenvolvida das aldeias serranas e uma das mais visitadas. O objetivo de recuperar as casas das aldeias, incentiva o turismo rural e da habitação, bem como à produção florestal e agropecuária, identificando um repovoamento e renovação desses locais.



Mapa 03: Enquadramento Geográfico – localização das aldeias;

Fonte: Aldeias do Xisto, 2015.

Apostou-se ainda na procura de outros usos e funções da paisagem rural, criação de circuitos de contextualização histórica e cultural e que promova o território. Um exemplo disso é a Rota das Aldeias de Xisto – a qual integra 27 aldeias de 16 conselhos que se situam no centro de Portugal, no território que se situa entre Castelo Branco e Coimbra – em que foi posto em prática a partir do ano de 2001 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), usando fundos comunitários através do Programa Operacional da Região Centro, componente Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), onde também a Rota das Aldeias Históricas de Portugal que é uma associação que prima pela valorização e defesa do património local e cultural quiseram fazer parte desta iniciativa.

Foi tida em conta todos os elementos naturais que o território oferecia, tratava-se de um território essencialmente constituído por montanhas de xisto, praias fluviais, um tipo de arquitectura rural único e com bons acessos rodoviários, o que permite não só um melhor desenvolvimento local, mas também para as atividades de lazer dinamizados pelas associações locais e autarquias, que se tornou nos últimos anos um crescente desenvolvimento turístico e económico para a zona. Onde a revitalização e atração dos espaços rurais têm vindo a centrar-se na valorização e promoção dos produtos endógenos.

É necessário que as comunidades locais passem a desempenhar um papel mais ativo no processo de reestruturação e qualificação dos territórios, promovendo os seus produtos locais, saberes e tradições junto dos visitantes sem prejudicar o meio ambiente. A isto podemos chamar de um desenvolvimento sustentável. ... o desenvolvimento sustentado nas regiões assenta em fatores endógenos, únicos e originais dos territórios, considerados uma garantia de coesão socioeconómica a médio e longo prazo... (SANTOS, 2011).

Para assegurar uma sustentabilidade territorial equilibrada e de forma sustentada, tem que se considerar a conjugação de algumas dimensões: características socioeconómicas, relacionadas com os recursos humanos e gestão de equipamentos traduzidos na vertente do alojamento local, preservação ambiental, na gestão de recursos físicos, relacionada com o ecoturismo; expressão simbólica que se relaciona com a identidade territorial e histórica e patrimonial nos eventos e marketing; e decisões políticas, através das políticas locais, com sua representatividade e participação. O turismo tem um papel importante no desenvolvimento numa determinada zona e pode ser entendido como um produto, resultando das atrações do local, do transporte, do alojamento e das actividades de lazer.

Conforme Pato (2012), o turismo em espaço rural (TER) é visto como uma das atividades mais bem colocadas para assegurar a revitalização do tecido económico

rural, pois consegue valorizar os recursos, a história, as tradições e a cultura de cada região. Cada vez mais se reconhece que o turismo é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento econômico e local. E, além de ser um fator de diversificação das atividades agrícolas, também é um factor de pluriatividade, através da dinamização de um conjunto de outras actividades económicas.

O regresso da população urbana na recuperação e convivência do “velho mundo rural” têm sido crescente não só pelo factor económico como também do seu bem estar. Está comprovado que tirar partido do mundo rural que possui um património cultural, edificado, natural e paisagístico é de uma infinita riqueza.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da retomada das discussões em torno das particularidades no campo brasileiro, o campo era caracterizado como o espaço no qual havia predomínio de atividades agrícolas, agropecuárias. A produção dependente das condições da natureza e realizada para fins de consumo ou subsistência da comunidade e da localidade onde era produzida, podendo haver comercialização, em baixa escala ou escambo, para fins de garantia das condições de consumo em termos da subsistência, e não para o comércio por si. O campo não tinha origem ou efeito no território, conseqüentemente não se referia às inter-relações entre setores econômicos e dimensões do desenvolvimento. A pobreza era um problema dos indivíduos, e a busca de sua solução ou alívio, era feita dentro do setor agrícola, pelos próprios indivíduos, ou via emprego agrícola, ou com a mudança do local de cultivo do produto ou monocultura, de um determinado lugar para outro.

Porém, a ruralidade como hoje é referenciada, resgata uma ampla discussão em torno da abordagem de território e da sua oferta de possibilidades variadas de modelos e sistemas produtivos, como expressão de sua diversificação e da integração de mercados, determinando alternativas de produção, de organização e desenvolvimento. O emprego não agrícola é uma expressão dessas possibilidades. O que não significa que as estratégias de desenvolvimento sejam cada vez menos agrícolas, pois o setor mantém seu papel de articulador da territorialidade rural. Esta interdependência entre rural e urbano, campo e cidade, onde há uma diversidade de relações, dificulta definir o que é rural e o que é campo, e nos remete à concepção de novo paradigma ou perspectiva teórico-metodológica que considera um rural cada vez mais caracteristicamente apresentando equipamentos urbanos.

Das mudanças presentes no oeste catarinense pode-se perguntar qual é o grau de ruralidade presente nas pessoas, quais são as lembranças, quais são os laços que as une ao rural, assim como questões que merecem ser melhor pesquisadas a fim de compreender melhor que ruralidade está se formando no oeste catarinense.

Relativamente ao caso Português, verifica-se que o retorno aos meios rurais deveu-se não só à situação financeira e económica que o país atravessou e continua a atravessar, como também da necessidade de aproveitar melhor o potencial do mundo rural. A valorização nas produções de qualidade, como é o caso dos produtos biológicos, e a valorização do património local onde se destaca a recuperação e promoção dos territórios. Contribuindo assim para o seu desenvolvimento, social, económico e cultural, e perpetuando a sua identidade local.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (Org) (2007), Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, Antonio César; FILHO, Niemeyer Almeida. **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.
- Aldeias do Xisto**. Disponível em <http://aldeiasdoxisto.pt/>, [consultado em 06-5-2015].
- Arquitetura Popular em Portugal**. v. I e II. 4º ed. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2004.
- BARRETTO, A. G. O. P.; COSTA, C.; PINHEIRO, E.; SPAROVEK, G.; LEONELLI, G. C. V.; NAKANO, K.; SAULE JR., N.; SANTORO, P.; MALUF, R. S. (2004), **O planeamento do município e o território rural**. Instituto Polis. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/837/837.pdf>. [consultado em 14-5-2015].
- BOSSI, W. M. (2015), **A Relação Urbano-Rural no Planeamento Municipal**. Disponível em: <http://www.ibdu.org.br/imagens/ARELAcOURBANORURAL.pdf>., [consultado em 06-5-2015].
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (1988). Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 6 mai.17.
- BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 6mai.15.
- CARDOSO, C. F. S. (1987). **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense. 125p.
- CAVACO, C. **Desafios de Desenvolvimento Rural** – Notas de leitura. Finisterra, XXXIX, 78, 2004.
- COVAS, A. **Política Agrícola e Desenvolvimento Rural**. Temas e problemas. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- MAIA, Claudio Machado. Um ensaio sobre a noção de território nas pesquisas sobre desenvolvimento rural e regional In: **Território e Sociedade: perspectivas teórico-metodológicas e evidências empíricas**. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2014.
- NORTH, Douglas C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**. v.05. n.01. p.97-112, 1991.
- NORTH, Douglas. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994a.
- NORTH, Douglas C. Economic performance through time. **American Economic Review**. v.84. n.03, p.359-368, 1994b.

PERICO, R. E.; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: IICA, 2005.

PATO, M. L. J. **As dinâmicas do turismo no Espaço Rural (TER)**: Implicações e termos de Desenvolvimento Rural. Unpublished PhD thesis. Aveiro: University of Aveiro, 2012.

PORTO, S. G. (org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro**: dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

SANTOS, Milton. O novo mapa do mundo: tempo e espaço mundo ou, apenas, tempo e espaço hegemônicos? In: **17º Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 1993.

SANTOS, N. Cidade e sustentabilidade territorial. **Mercator Fortaleza**. v.10. n.23, 2011. p.7-22.

VEIGA, José. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, José. E. **O que é rural?** O que é urbano? Rumos. Rio de Janeiro: ABDE, v.28, n.212, p.4-8, nov./dez, 2003.

VERDE, V. V., **Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 2004.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. In: **Seminário Internacional Territórios Rurales em Movimiento**: Movimientos Sociales, Actores e Instituciones Del Desarrollo Territorial Rural. Santiago de Chile, 2006. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/seminariotrm/doc/ANTONIO-CAZELLA.pdf>>. [consultado em 06-5-2015]. RIMISP, Centro Latino Americano para el Desarrollo Rural.

WANDERLEY, M. N. B. (1999), Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF. p.23-56.

Legislação:

Diário da República nº 46, Despacho 20/87, 24-2 I Série.

SOBRE OS ORGANIZADORES

RAISSA RACHEL SALUSTRIANO DA SILVA-MATOS: Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco - UPE (2009), Mestre em Agronomia - Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2012), com bolsa do CNPq. Doutora em Agronomia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPI (2016), com bolsa da CAPES. Atualmente é professora adjunta do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais (CCAA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em fitotecnia, fisiologia das plantas cultivadas, propagação vegetal, manejo de culturas, nutrição mineral de plantas, adubação, atuando principalmente com fruticultura e floricultura. E-mail para contato: raissasalustriano@yahoo.com.br; raissa.matos@ufma.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0720581765268326>

HOSANAAGUIARFREITASDEANDRADE: Graduada em Agronomia (2018) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Ceará (PPGCS/UFC) como bolsista CAPES. Possui experiência na área de fertilidade do solo, adubação e nutrição de plantas, com ênfase em aproveitamento de resíduos na agricultura, manejo de culturas, propagação vegetal, fisiologia de plantas cultivadas e emissão de gases do efeito estufa. E-mail para contato: hosana_f.andrade@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5602619125695519>

NITALO ANDRÉ FARIAS MACHADO: Possui graduação em Agronomia (2015) e mestrado em Ciência Animal (2018) pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é aluno regular do doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui experiência na área de Engenharia Agrícola, com ênfase em Ambiente e Bioclimatologia, atuando principalmente nos seguintes temas: biometeorologia, bem-estar animal, biotelemetria, morfometria computacional, modelagem computacional, transporte de animais, zootecnia de precisão, valorização de resíduos, análise de dados e experimentação agrícola. E-mail para contato: nitalo-farias@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3622313041986385>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 1, 2, 3, 12, 13, 259

Adsorção com a casca de soja 168, 171

Agricultura 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 26, 29, 51, 88, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 143, 145, 148, 149, 152, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 211, 212, 214, 215, 216, 232, 237, 238, 239, 243, 255, 258, 261, 262, 263, 265, 274, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 296

Agricultura familiar 2, 5, 6, 7, 14, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 126, 127, 128, 135, 136, 138, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 196, 197, 243, 258, 261, 262, 280, 281, 282

Agricultura orgânica 137, 276, 277, 280, 282

Agronegócio 1, 16, 255

Alcoólico 263, 266, 269, 271, 272, 273, 274, 275

Ambiente na conservação 175

Amora-preta 62, 63, 64, 65

Antioxidantes 31, 32, 33, 36, 40, 62, 64, 65, 69

Aplicação de adjuvantes 20

Apreensões 252, 257

Aprendizagem 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251

Aquênios de girassol 79, 82, 85, 87

Arbequina 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Argentina 140, 152, 186, 187, 189, 198, 199, 200, 215, 216

Artesanos 154, 155, 156, 157, 158

Atividade antibacteriana 43, 45, 46, 47

Atividade antioxidante 42, 49, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 76

Aulas práticas 244, 248

Azeite de oliva 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30

B

Bagaço de maçã 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41

Berry 62, 63

Brácteas 50, 51, 52, 53, 54

Buriti 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 272, 273, 274

Butiá de Santa Vitória do Palmar 154

C

Caracterização química 24, 47, 92

Celíacos 50, 60

Cepas padrão 43, 45
Cinética da secagem 79, 81
Cinética de adsorção 168, 169, 171, 172
Circuitos curtos de comercialização 101
Composição florística 116, 118, 125
Compostos bioativos 20, 62, 63, 64, 65, 69
Compostos fenólicos 31, 33, 36, 38, 52, 56, 57, 59, 62, 63, 64, 66, 69, 72, 73
Comunidades 107, 124, 142, 155, 214, 230, 232, 240, 277
Cookies 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 50, 51, 58, 60, 61
Corante 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Crescimento 38, 47, 93, 94, 95, 98, 160, 161, 162, 167, 180, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 272
Cultivo 42, 61, 88, 126, 128, 129, 131, 133, 135, 199, 241

D

Dianópolis 116, 117, 118, 119, 121, 123
Dimensões econômicas 230, 231

E

Embalagem 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Estratégias 4, 16, 17, 115, 118, 187, 230, 231, 232, 241, 256, 259, 281
Estrutura diamétrica 117, 118, 124, 125
Expansão 31, 36, 38, 39, 162, 230, 234, 235, 236, 274
Extensión 139, 186, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 198, 213
Extratos bruto 67
Extrato vegetal 68

F

Fatty acid 284, 287, 288, 292, 293, 295
Fécula de mandioca 42, 50, 52, 55, 58, 59, 60
Feira agroecológica 276, 281
Fermentação 91, 93, 94, 95, 96, 99, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 271, 272, 273
Fermentado alcoólico 263, 266, 273, 274, 275
Fibras 25, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 51, 52, 95, 98, 155, 264, 265
Filocrono 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167
Fiscalização de alimentos 252, 254, 256, 259
Fitoquímica 67, 70, 77
Fitoquímicos 65, 67, 68, 69, 71, 75
Fitossociologia 117, 124, 125
Fragmento de cerrado 116, 119
Fruta tropical 176, 177
Fruteira exótica 176

G

Grape seed 284, 286, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295

H

Helianthus annuus L. 79, 80, 88

Hylocereus polyrhizus 67, 68, 69, 76, 77, 78

I

Inventário Florestal 218, 224

M

Malaxagem 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28

Matriz Swot 16

Mauritia flexuosa L. F. 263, 265

Mercado local 101, 135, 212

Método de distribuição 16

Metodologias ativas de ensino 244, 246, 247, 248, 249, 250

Metodologias de ensino 244, 245, 246

Microrganismos multirresistentes 43, 44

Modelagem 83, 86, 88, 89, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 296

Modelos de árvore individual 217, 220, 222

Modelos empíricos 218, 220, 221

Monitoria 244, 246, 247, 250, 251

Monogástricos 92

Motivações 126, 127, 130, 133

N

Nephelium lappaceum L. 175, 176, 177, 184

Número de folhas 161, 162, 164, 165

Nutraceutica 62

O

Organización productiva 154

Otimização 30, 60, 79

P

Parâmetros físicos 79

Peletização 92, 95, 96

Percepção discente 244, 246

Perfilhamento 161

Perspectivas institucionais 252, 254, 256, 259

Pitaya vermelha 67, 68, 70, 75
Planejamento Governamental 1, 15
Planta medicinal 43, 45
Políticas forestais 198
Políticas Públicas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 14, 15, 127, 148, 158, 196, 198, 232, 233, 252, 259, 261
Pós-Colheita 25, 79, 80, 81, 82, 88, 175, 176, 177, 180, 184
Produção agroecológica 126, 128, 130, 133, 134, 135, 137, 138
Produção florestal 217, 218, 220, 226, 229, 239
Producción-distribución-consumo 139, 141, 142, 144, 148, 151
Produtos agropecuários 16, 252, 254
Produtos de Origem Animal 252, 255, 257, 258

Q

Qualidade do fruto 25, 176, 177, 182

R

Ração animal 32, 91
Rambutanzeira 175, 176
Recursos orçamentários 1, 2, 12
Região amazônica 276
Relações Ambientais 276
Rendimento 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 80, 102, 160, 161, 176, 178, 179, 180, 184, 273, 285
Resíduos de panificação 91, 92, 96, 97, 98, 99
Resistência antibacteriana 43
Ruminantes 92, 98, 99
Rural 2, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 61, 99, 105, 106, 114, 126, 127, 129, 130, 134, 135, 136, 137, 139, 143, 144, 152, 166, 167, 175, 186, 188, 189, 193, 194, 195, 196, 212, 216, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 252, 255, 260, 261, 282
Ruralidade 230, 231, 232, 233, 234, 237, 241, 243

S

Saberes 186, 190, 191, 192, 196, 238, 240, 260, 261, 276, 277, 278, 279, 281, 282
Saberes ambientais 276, 277, 278, 281, 282
Santa Maria 61, 160, 166, 167, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 262
São Vicente do Sul 160, 161, 163
Savana 117, 118
Sem glúten 50, 58, 59, 61
Sensu stricto 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125
Setor têxtil 168, 169
Sistemas expertos 186, 188, 189, 190, 194, 196
Soma térmica 160, 162, 163, 164, 165, 167

Subproduto 31, 32, 35, 38, 40, 41, 95, 168, 173

Suinocultura 244, 246, 247, 251

Sustentabilidade 7, 126, 128, 133, 134, 136, 138, 230, 231, 234, 240, 243, 280, 282

Swot 16, 17, 18, 19

T

Tangará da Serra 126, 128, 130, 132, 136, 138

Taxa de secagem 79

Temperatura 23, 36, 43, 45, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 95, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 218, 257, 263, 267, 269, 272, 285

Território 2, 7, 44, 117, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 242, 256

U

Ultrasound 21, 29, 30, 284, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 295

Universidade Estadual do Ceará 67, 244, 246

Urbano 130, 143, 149, 152, 194, 230, 231, 234, 235, 237, 239, 241, 242, 243

V

Veterinária 29, 41, 43, 49, 91, 244, 246, 251

Vigilância Sanitária 41, 252, 253, 254, 256, 257, 259, 260, 262

Vitis Vinifera 284, 285, 295

